

SOBRE A METÁFORA ECONÔMICA*

Serge LATOUCHE

"A metáfora é uma espécie de tropo: o termo de que nos valemos na metáfora é tomado em sentido diverso do sentido próprio, ele está, mais ou menos, em casa alheia, diz um autor antigo." (Du Marsais: Sobre os tropos, tomo V ed. do ano VIII, p.157).

I

DA IMAGINÁRIA ECONÔMICA AO IMAGINÁRIO DO ECONOMISTA

A vida econômica - que formalmente definiríamos como o conjunto das práticas acionando a produção e a reprodução das sociedades humanas no que diz respeito ao domínio "material" - apresenta-se através de um vocabulário tomado de empréstimo a todos os outros domínios de atividade, e a economia política - que definiríamos como o "corpus" dos conceitos e teorias visando à explicação desse aspecto ou desse domínio da realidade - toma emprestados seus significantes de todas as disciplinas. O equilíbrio é um conceito tomado à física, o crescimento à botânica: a origem semântica das noções de

* Texto apresentado no Colóquio de Lille, em junho de 1974, sob o tema "Prática econômica e prática simbólica", no Departamento de Pesquisa em Ciência Econômica e Social, da Universidade de Ciências e Técnicas de Lille, sob a direção de S. Latouche. O texto, autorizado pelo autor, consta das Atas, publicadas posteriormente como "Prática econômica e prática simbólica", Paris, Éditions Anthropos, 1980, pp.165-176.

Traduzido pelo Prof. Dr. José Carlos de Paula Carvalho, Prof. Livre Docente de EDA/FEUSP, do CBD/ECAUSP e co-diretor do Núcleo de Estudos do Imaginário Social e Ação Cultural (NISA/USP/CNRS).

crédito, empréstimo, fidúcia, etc. deve ser buscada na prática religiosa; a noção de valor, na filosofia moral, etc.

Esse extraordinário desenvolvimento da imaginária econômica não é um fenômeno específico desse domínio. "Já observamos, diz Du Marsais, que as línguas não dispõem de tantas palavras quantas são nossas idéias; essa escassez de palavras engendrou muitas metáforas". De modo ainda mais genérico, grande parte de nosso vocabulário se constitui por intermédio de um processo de semantização que, partindo de uma comparação, se perfaz fazendo do conceito "o resíduo de uma metáfora", segundo a feliz expressão de Nietzsche.

Nenhuma conotação impregna mais a palavra "matéria", remetendo-lhe à origem (de mater: mãe). Da comparação alicerçada sobre a idéia de fecundidade passa-se insensivelmente à utilização metafórica e, depois, à pura e simples substituição que não mais retém a marca de sua origem senão sob a forma de um valor estilístico para se chegar, enfim, ao esvaziamento de qualquer vestígio.

Não é, portanto, através do processo semântico que uma característica particular do imaginário econômico emerge. Aliás, o estudo da origem do vocabulário econômico evidencia sobretudo relações de **continuidade** ao invés de **similaridade**. Os conceitos econômicos mais importantes provêm essencialmente de uma derivação metonímica, mais que de uma derivação metafórica. Além do célebre exemplo do vocabulário da moeda, que geralmente deriva de um termo para um bem tomado como moeda (pecúnia, de pecus: gado, rebanho). Benveniste apresenta inúmeros exemplos em que o vínculo entre os termos econômicos e suas origens refere-se a uma forma qualquer de "proximidade". O vocabulário da riqueza tem como origem o vocabulário da criação de animais entre os principais povos indo-europeus (ex: peus, cheptel e capital); o vocabulário da compra e venda tem-no ao da dádiva ("dom") e do sacrifício. O salário promana de "salarium": o dinheiro dado aos soldados para a compra do sal (latim: sal), etc.

Entretanto, o imaginário econômico deixa-se entrever não tanto ao nível dos próprios conceitos econômicos, mas sobretudo ao do modo de representação das atividades econômicas na estranha "topologia" engendrada por sua articulação. Destaca-se, assim, na extraordinária riqueza da imaginária econômica, o fato de não se abandonar a imagem da família, e muito pouco

à do corpo humano. A produção mobiliza todas as fases da concepção, da gravidez, do nascimento e das diversas idades do crescimento. A terra é a **mãe** (genitora) de toda a riqueza, de todo o trabalho sendo-o o **pai**, diz Petty, o que se atesta nos menores detalhes e se generaliza à indústria. É o **germe** que fecunda essa **mãe-terra**, que partejará frutos como o capital engendrará crianças (tolos, em grego: lucro/juro e criança, donde o anatocismo: lucro composto). Entre os trobriandeses, os inhames são filhos da terra, e o celeiro onde são acumulados é o **útero**. Na maioria das civilizações os bens de prestígio são excrementos dos espíritos (tíngit), excrementos do mar (conchas trobriandesas), excrementos da vaca-mãe (Mahabarata), etc. Na kula dos trobriandeses, os objetos são machos e fêmeas. Na Polinésia os bens são divididos em bens oloa (masculino) e bens tonga (bens uterinos). As máquinas e os instrumentos de produção são membros (maxilares e dentes, mãos e braços, membros e pés, quando não são corpos inteiros, gigantescos duplos e anexos de nosso próprio corpo). Isso tudo esboça uma pitoresca **imaginária**, bastante colorida, mas sem grande extensão, pois o homem parece ter certo pendor para significar suas práticas através de fortes imagens derivadas de sua atividade corporal. Mais perturbadora é a **topologia** que resulta da articulação dos diferentes conceitos na teoria econômica. Essa representação "sofisticada" - mais ou menos à segunda potência-, com relação à "designação" ingênua na prática cotidiana, dá ao processo econômico uma estrutura cujo protótipo é indubitavelmente constituído pelo corpo. Isso é uma constante na história do pensamento econômico, dos mercantilistas ao período contemporâneo. O que acontece é que, de modo mais ou menos análogo ao processo de semantização, o "referente" corporal progressivamente se desencarna. Nos mercantilistas a economia partiu de um "corpo político" onde ela representa e preenche uma função essencial: aquela que se refere ao dinheiro como "o nervo", "o sangue" ou "aquilo que unta". São os fisiocratas que fazem o corpo inteiro aparecer como protótipo do funcionamento econômico. Os ziguezagues do Dr. Quesnay perscrutam a circulação do produto bruto. A economia é um corpo que simultaneamente digere, assimila, transforma e produz. O esquema está instalado: toda a economia posterior, com Ricardo, Walras e mesmo Marx, irá conservar esse referente corporal. Será modificando o papel desse ou daquele "membro" (a classe estéril vai se tornar a classe produtiva); será discutida a natureza do sangue (trigo, trabalho ou utilidade...); mas a "gra-

mática" da economia política estará definitivamente constituída a partir das funções e arranjos do corpo. Já, com os fisiocratas, a imaginária vai se tornando rara. Uma rápida leitura de De Quesnay não nos trouxe as metáforas verbais que esperávamos. É que, a partir dos fisiocratas, a metáfora não se declina mais sobre o paradigma, mas sobre o sintagma, não mais sobre os elementos, mas sobre o esquema estrutural... Certamente ainda se encontram em Marx as belas imagens do sangue, dos músculos e do esqueleto, às vezes da "merda!!!", mas se trata, freqüentemente, de grandes retomadas. J.B.Say ainda escreve: "As partes principais da economia social são aquilo que diz respeito aos órgãos de que a sociedade se serve para a criação, a distribuição e o consumo dos bens... do mesmo modo que as partes principais da filosofia do homem são os órgãos que se referem à nutrição, ao crescimento, ao desenvolvimento do corpo humano." Tais desdobramentos de imagens tornam-se raros. É que a assimilação da produção de bens à nutrição não foi muito feliz e, se é preciso recalcar o termo exato de que a nutrição pretende dar conta negando-o (a saber, a "defecação"), então é melhor reprimir, pura e simplesmente, a comparação. Em Walras, só os signos matemáticos circulam no corpo das equações. Se a embriologia está ausente, a presença da anatomia e da fisiologia é total. Enquanto por uma espécie de fenômeno de recalçamento o conteúdo se desencarnou totalmente, a forma assimilou-se totalmente ao corpo. Nas teorias anteriores persistia, na imagem do corpo, algo de uma comparação com as inevitáveis excrescências correlatas. Era a terra ou o corpo social que gerava? O sangue era o ouro, o trigo, o trabalho? Com Walras todas as ambigüidades são superadas: o capital é produtivo de direito, o próprio homem é reduzido ao estado de capital. Esse corpo produtivo é o próprio capital que, pelo jogo de seus membros (os fatores de produção), produz e reproduz sua substância enfim depurada sob o signo da utilidade.

II

DO CORPO AO "CORPUS"

O homem, dizia um filósofo grego, é um tubo com duas aberturas... De certo modo está na natureza das coisas que o macrocosmo seja estruturado pela experiência do microcosmo.

Não deve causar espanto que a história, enquanto representação, seja um drama cujo campo está estreitamente circunscrito pelas próprias fronteiras que engatam o homem ao mundo, e inicialmente a boca e o ânus. Se falamos de "topologia", isso se deve ao fato de que toda representação é, inicialmente, geográfica, no sentido de que nossa experiência do mundo em sua totalidade é referenciável por triangulação a partir dos limites de nosso corpo "natural". Pelas aberturas do corpo podem entrar e sair muitas coisas, fato que permite ao homem incorporar partes do mundo exterior ou, ao contrário, livrar-se de uma parte de si mesmo. Assim a referenciação participa de certa dinâmica. O "dentro de" e o "fora de" são categorias-chave da percepção das relações sociais. O vocabulário econômico anglo-saxão revela de modo mais incisivo tal relação. A renda é o "in-come", ao passo que o dispêndio é um "out-come". A terminologia "in-put", "out-put", "in-flow", "out-flow" revela de modo contundente essa relação fundamental de ingestão e de evacuação que nos permite "situar" nossas experiências do mundo exterior. O quadro da troca interindustrial de Leontieff é um dos avatares mais característicos do corpo produtivo. A incorporação é a experiência-tipo da passagem do fora-de ao dentro-de, o que faz do alimento o modelo de todo "objeto" destinado à experiência desse tipo e de toda tomada de posse uma incorporação simbólica. Simetricamente, o excremento é o protótipo daquilo que passa do dentro-de ao fora-de (com a criança) e a evacuação é o protótipo de toda parturição e depois de toda produção (de pro-ducere).

O imaginário econômico - que nos perturbou um pouco por causa da insistência sobre as representações do corpo e suas experiências - tem, enfim, um fundamento inteiramente natural. Refletindo-se, é normal que nos "representemos" nossas rela-

ções com a matéria (produção e consumo) segundo a **imagem** das relações internas ao nosso corpo ou das relações de nosso corpo com o entorno imediato. Isso não significa que a relação entre o processo econômico e o processo corporal que serve para designá-lo seja outra que uma relação de isomorfismo ou de analogia. O rendimento **entra** em nosso orçamento familiar **como** um alimento em nosso corpo. Do mesmo modo, o "in-put" **entra** na fabricação de um produto. A despesa **sai** de nosso bolso e o "out-put" **sai** da máquina ou da fábrica **como** o excremento sai do ânus ou a criança do útero. O resíduo dessa metáfora parece simplesmente ser o **sentido**. As relações ditas econômicas - salários, preço, lucro, capital, etc... - são bem abstratas com relação à concretude de nosso corpo; elas não nos **diriam nada** se não fossem, de certo modo, a ele referidas de um modo simultaneamente imaginário e simbólico. A metáfora do corpo é o que permite referenciar e dar sentido a experiências culturais que não implicariam o próprio corpo enquanto **ser**. A trama foi compreendida? A metáfora econômica é essa pura e simples relação de sentido entre o corpo e o econômico ou há ainda qualquer relação de ser trabalhando sob o sentido? A separação entre o ser e o sentido é também tão radical? A resposta não pode ser totalmente afirmativa e a patologia permite-nos indicar o que é problemático. Em certos casos é manifesto que as relações econômicas, consideradas como diferentes das relações corporais, ainda que representadas do mesmo modo, são vividas pelo sujeito de modo a perturbar-lhe o equilíbrio psíquico. Uma perda econômica que será vivida como um momento desagradável pelo indivíduo "normal", e que não chegará a por em perigo sua vida cotidiana, poderá acarretar o suicídio do sujeito com tendência paranóica, que não viverá tal perda no plano da metáfora, i.e. de uma relação imaginária, mas no plano real como verdadeira redução do ego. Para o psicótico desaparece essa distância entre o dentro-de e o fora-de: o ter é vivido como ser. O **projeto** econômico (p.e., um bom investimento) é vivido como projeção do ego. O fracasso é, assim, o desaparecimento desse **ideal do eu**, e o suicídio vem normalmente sancionar a perda, que é uma verdadeira decepção. No neurótico a perda é vivida como luto e acarretará depressão e melancolia. A perda é suportada com dificuldade, mas o sujeito não se identificou totalmente com seu "ter". A incorporação é parcialmente metafórica, o que torna possível a liquidação do luto através de um longo trabalho de "desinvestimento". É preciso tornar a criar o distanciamento entre o dentro-de e o fora-de (ou o de-dentro e o de-fora).

Pode-se ser tentado a ver, na referenciação à patologia, um argumento para reforçar a convicção de que a metáfora econômica é uma imagem que questiona só o sentido, não o ser; afirma-se, assim, a independência fundamental e radical do econômico e do corpo. Com efeito, a possível dependência só viria a se produzir nos casos patológicos, ao passo que para a maioria das pessoas normais as distâncias estão resguardadas... Entretanto o argumento não é convincente. Sabe-se agora, por um lado, que a distância entre o indivíduo chamado de sadio e o indivíduo com perturbações psíquicas não é de natureza a fazer com que sejamos estruturados de modo fundamentalmente diferente. Por outro lado, a fronteira entre o dentro-de e o fora-de, mesmo para o sujeito chamado de normal, é bem difícil de ser estabelecida. A utilização do possessivo traduz bem a identificação do mundo exterior como extensão do sujeito: fala-se minha mulher, minha amante, minha casa, meu carro... e sabe-se que, perdendo-os, é um pouco de si mesmo que se perde. O luto não é quinhão exclusivo dos neuróticos, mas de todos os homens. Simetricamente Malinowski e Géza Róheim deram notícia do reconforto que os indígenas das ilhas Trobriand extraem da contemplação e da manipulação dos braceletes mwari e dos colares soulava no seu leito de morte, como se se tratasse de um "suplemento de alma" (suplemento de ser). Parece-me difícil, então, afirmar que a metáfora econômica nada seja senão uma metáfora, que por trás do sentido não esteja, de um modo ou outro, implicado ou escondido, o ser.

III

DA ECONOMIA LIBIDINAL À ECONOMIA POLÍTICA

Anteriormente evocávamos o investimento das atividades ditas "econômicas" pela libido. Se a perda financeira pode evocar o suicídio paranóico, tal fato se deve à representação do ter (possuir) estar investida pela libido do sujeito. Esse caso extremo sugere uma hipótese: enquanto atividade, não estaria a economia política orientada pela economia libidinal? Visto que toda atividade humana supõe uma fonte de energia e um conjunto de representações, não teria ela sua origem numa "fuga" do circuito libidinal?

Pode-se, de fato, achar estranho ter que se distinguir a economia política da economia libidinal; afinal, não são a **mesma coisa**? A economia política não visa à "satisfação"? Não obedece ao princípio do prazer? No econômico, não se trata de produzir a satisfação, instrumentos de satisfação e instrumentos de produção da satisfação? Capitalismo e economia política não se desenvolveram numa atmosfera de hedonismo? Com efeito, a maximização da satisfação das necessidades, do bem estar, são as bases da definição da economia política. Se a atividade econômica não visa exclusivamente ao prazer, à satisfação "sexual", nem por isso deixa de se fundar sobre a libido que, nós a sabemos, concerne não só a satisfação genital. Essa "satisfação" visada pelo econômico é produzida no consumo, posto como ponto de partida e de realização do ciclo econômico. Se a produção não é em si uma atividade "agradável", nem por isso deixa de visar ao consumo. Acumulação e poupança implicam privações sobre os desfrutes imediatos mas para dispor de mais satisfação posteriormente. Não é por acaso se Freud analisa o funcionamento do psiquismo e da libido em termos econômicos. As relações interpessoais obedecem à mesma lógica da relação com as coisas. A sociedade de consumo nada mais é senão o prolongamento das relações da criança e do seio materno. No processo de emergência do ego, o princípio do prazer se modifica sob a influência da realidade e às exigências imperativas e tirânicas do id a criança opõe o cálculo "econômico". A criança aceita renunciar a certas exigências do id e faz compromissos com a realidade exterior (principalmente sob a forma parental); mas essa "renúncia", que é abstinência, expectativa ou poupança, responde a um cálculo que maximiza. O vínculo entre a poupança e a renúncia (ou a retenção) é ainda mais forte do que aparenta ser porque é o tempo, inexistente no inconsciente, que é investido com o complexo de culpabilidade e com todo o esquema da acumulação de expiação.

Se acabamos nos esquecendo do caráter libidinal da satisfação de necessidades e, assim, da pertença **de direito** da economia política à economia libidinal, a análise das atividades econômicas nas sociedades pré-capitalistas desvenda tal origem. Isso porque aí a clivagem entre o econômico e o "sexual" não está completamente realizada. O animal que se cria é o pai-tótem ou seu representante (animal sagrado). O "barbacoa" torna-se uma grande festa não tanto porque permita comer, mas porque se trata do assassinato coletivo e simbólico do pai.

Permite liberar as tendências sádico-orais, partilhar a culpabilidade e, no caso de sacrifício, de resgatar a culpa. De libidinal a economia se torna religiosa e o preço, a compra, a moeda e o mercado são instituições que saem diretamente do templo e dos altares onde as transações sobre satisfações futuras são pagas em defumados... Na agricultura o vínculo entre a fecundação da terra e a da mulher é tão forte que se deve realizar abundantemente o coito nos campos durante o período das semeaduras. A divisão sexual do trabalho é, assim, uma necessidade para tal fecundação. Entre os trobriandeses, a cabana onde são guardados os frutos da terra (inhames) tem **efetivamente** a forma de um útero. Na indústria primitiva, instrumentos, objetos rituais, tudo denota a sexualização da atividade. Os fornos de cobre dos antigos katangueses representam uma vagina desenhada de modo bastante realista. Os ferreiros são personagens sagrados, os instrumentos são física ou moralmente fálicos. Freqüentemente o ritual evoca o parto ou o coito. Trata-se sempre de penetrar essa mãe-matéria com instrumentos cada vez mais potentes.

Não é mais somente a "representação" para "designar" uma prática abstrata, mas sobretudo a "informação" ("por em forma") da atividade concreta sob a influência das pulsões libidinais: poder-se-ia falar em "práticas fantasmáticas" para opô-las às práticas que a economia política nos apresenta como "racionais" e cuja realidade é bem hipotética.

Parece, então, que essas "práticas fantasmáticas" são bastante ambíguas. Enquanto práticas libidinais traduzem um desvio quanto ao objeto. Sem ser imaginárias, não serão por isso menos simbólicas. Se a cultura, a criação de animais e a indústria são estruturadas como um coito ou um parto, entretanto não trazem nem o relaxamento do orgasmo nem as alegrias do nascimento, mesmo se a vida cultural permite simular bem, se ela se der a tal trabalho, os fenômenos naturais. Ao contrário, tais práticas trazem a satisfação de uma necessidade, a necessidade de consumo... E aí é que a economia política aparece como a "surpresa" da economia libidinal, algo como que um real emerge onde nada se esperava...

IV

A ECONOMIA DO DESEJO E O DESEJO DA ECONOMIA

No parágrafo anterior brincamos de ingênuos.

Com efeito, é preciso ser bem inocente para identificar a economia política e a produção da satisfação. Não se precisa nem de Marx para saber que a economia visa mais ao "prazer da acumulação do que à acumulação dos prazeres". Tal ingenuidade não foi, entretanto, inútil porque nos introduz no âmago do desejo perverso da economia, que está no deslize da pulsão à necessidade. Além do mais, sob a forma intermediária da economia moral, jurídica ou religiosa, persiste algo da origem libidinal. O Eclesiastes, na Bíblia, não está tão longe do Levítico. Os Kama-Sutra são livros sagrados e textos jurídicos e morais, dentre outros. Em todas as civilizações do mundo a religião não abriu o caminho à economia "profana" senão eliminando os desvios "eróticos" de seitas esotéricas (tantrismo, fibionistas, anabatistas, douk oboretz, etc.).

Sabe-se, desde Freud, que a economia psíquica repousa sobre a pulsão (Trieb) que se opõe ao instinto do animal na medida em que ignora seu objeto. Ao passo que o animal, seja por uma marca natural, seja por uma impressão posterior que deixa o traço, possui o código que lhe permite reconhecer ou conhecer sua presa ou seu parceiro, o homem nasce totalmente desprovido disso. Uma força constrangedora, que emerge à consciência como desejo, pede um objeto desconhecido. Lacan designou tal objeto como (a). O pequeno objeto (a) é um objeto "perdido" uma carência. A economia do desejo inaugura-se pela odisséia da pulsão à busca de seu objeto. Se, como penso, a economia, em sua última essência, se reduz à noção de "valor", ou seja, ao **resíduo de uma relação de equivalência**, é à inadequação dos objetos do desejo que é preciso remeter-lhe a origem. Realmente, é no fato de serem inadequados para trazerem a satisfação do desejo que se desconhece que todos os objetos encontrados pela libido vão se equivaler.

Compreende-se, daí, a famosa seqüência dos estádios da libido que, como mostrará detalhadamente J.J.Goux ("Freud, Marx - Économie et Symbolique" - Paris, Seuil, 1973), não deixa

de evocar a seqüência dos modos de produção. A pulsão **investe** os objetos achados e se satisfaz através das representações extraídas dessas experiências. Os estádios oral, anal, fálico e (genital verdadeiro) são, assim, modos de produção da satisfação que se sucedem, coexistindo segundo várias formas possíveis de articulação. Dessa coexistência e da profunda inadequação dos objetos da libido resulta-lhes a equivalência mais ou menos "diacrônica" **O bico do seio = o troço = o falo = a criança (o objeto a).**

Mas em cada estágio a inadequação permite a emergência de "substitutos de substitutos": engendrando sistemas de equivalência sincrônicos: **O bico do seio - a ponta do lençol - o bico da mamadeira - a chupeta e, porque não, o cigarro, o charuto, a tampa da caneta, a unha dos dedos e todas as guloseimas da boca...? O troço - o ouro - a moeda - a mercadoria... O falo - o pé - o pai... A criança - o mimo - o produto...**

Todos esses equivalentes acabam formando um verdadeiro sistema de "preço" no equilíbrio geral da libido.

Mas desde que a pulsão se representa seu "objeto" como "algo pequenino destacável" que, assim, passa do de-fora ao de-dentro e do de-dentro ao de-fora, temos aí um princípio **de exterioridade** que permite a libidinização do mundo exterior. Desde que o ego não pode encontrar a satisfação senão num princípio exterior a si mesmo, e que nenhum objeto é em si ou de natureza adequada a tal função, toda a realidade exterior é suscetível de investimento.

A economia libidinal está, portanto, destinada ao fracasso. Tal fracasso, que resulta da **fixação** da pulsão em objetos inadequados, traduz-se pela **estase** ou acumulação de energia libidinal não descarregada.

Tal energia disponível irromperá na **realidade** investindo-se em obras terrestres. A economia política origina-se como extensão e fracasso da economia libidinal.

O fracasso é uma fonte intolerável de sofrimento para o sujeito: assim sendo, tudo é acionado para eliminá-lo, senão ao nível da realidade do sujeito (deixamos pairar que isso era impossível), ao menos ao nível de seu imaginário. Produz-se uma mudança de campo. Desliza-se de um campo onde a falta de representação torna impossível a satisfação para um campo onde

a representação necessária torna possível a ilusão de uma satisfação.

Representando-se a própria realidade como dotada de **necessidade**, o homem abre um campo infinito para o investimento de sua libido não satisfeita. A necessidade é representável e, assim, saturável. A ordem qualitativa da economia libidinal degrada-se em **ordem quantitativa**. A satisfação da necessidade pode ser medida e os objetos de sua satisfação podem se acumular.

Negando a pulsão para afirmar a necessidade, o homem não consegue entretanto retornar à simplicidade do instinto. Quer dizer que a economia política, ao negar a economia libidinal, fracassa completamente no abolí-la, ficando-lhe profundamente submissa. A melhor prova dessa vingança da libido está no fato de que, diferentemente do instinto, a necessidade, conquanto saturável, é entrementes infinita. Cada necessidade é limitada, mas o inventário jamais se fecha. A acumulação é assim a tentativa obsessiva de realizar o impossível fechamento. Se o imaginário do sujeito torna-se a realidade social, não será menos verdade que os objetos da economia política funcionam como signos na economia libidinal ("o signo é um sexo descarnado", diz Baudrillard em "Le corps ou le charnier de signes", Topique nº9-10). São signos da satisfação no lugar do referente ausente. Nesse sentido é que devemos entender a vida econômica como uma vasta organização de produção e de consumo de signos.

Com o sistema capitalista, a lógica da economia desenvolve-se plenamente. A mais-valia que o capitalista acumula significa sua satisfação ausente. Ela deve ser "a prova" disso, pois que é "a não satisfação do outro" acumulada. Submetendo a si o trabalho, o capital está certo que seu possuidor não pode gozar. O embaraço é que é manifesto, também, que o próprio capitalista não goza, não se satisfaz; donde o sentido da fórmula paradoxal de J.F. Lyotard: "no sistema capitalista, só o capital goza, se satisfaz..."

É pois normal que os modos de produção, que são modos de produção dos objetos da necessidade, isto é, signos da satisfação-não-satisfação libidinal, repitam os estádios da libido.

Poderemos ilustrar, reproduzindo o quadro de correspondências que J.J.Goux traça, sem prejulgar das críticas que a ele poderíamos endereçar.

Modo de produção e de troca	Primitivo	Asiático	Antigo	Feudal	Capitalista
Estádio da libido	oral	anal	fálico	anal	fálico
Tipo de coerência ideológica dominante	histérico	obsessivo	paranóico	obsessivo	paranóico
Mdo de prática significativa	mágico-mitológico	mito-cosmológico	filosofia idealista	teológico	filo-idealista

Aqui se esboça uma crítica radical de toda antropologia sobre que se estribam todos os discursos econômicos. Finalmente essa antropologia é funcional. Mesmo se a necessidade, quanto a seu conteúdo, é determinada pelo modo de produção (o que é bastante marcado pelos marxistas), nem por isso deixa de ser uma **forma** fundamental da antropologia funcional. Vem inelutavelmente a crítica que une o economista neo-clássico ao marxista mais "aberto": o homem não se alimenta só de signos...

V

O IMAGINÁRIO, O SIMBÓLICO E O REAL DO ECONÔMICO

Nem só de signos vive o homem. Ouçamo-lo bem, e observemos o paradoxo em que se enleia uma ciência social que, nos derradeiros desenvolvimentos, conduz a cultura aos imperativos ecológicos. A necessidade é, no limite, um instinto, jamais uma pulsão... É que a partir da realidade do imaginário, como o fizemos, corremos o risco de não mais imaginar a ordem do real. Escorregamos inteiramente do lado do sentido, quase perdendo o ser. Entretanto, pouco perigo há, visto como ele se faz sempre presente em nossas lembranças...

Partamos da "alimentação", desde que os defensores da **ordem econômica** escolhem de preferência esse domínio para nos lembrar e chamar à tal **ordem**.

Raros são os alimentos que, numa ou noutra épocas, numa ou noutra áreas culturais, não foram "valorizados".

Aparecem, sejam seguidos por conotações libidinais transparentes, sejam revestidos de um caráter "sagrado" (mas sabemos que o sagrado é precisamente esse intermediário entre o libidinal e o profano). O leite, os ovos (do caviar aos ovos chocados), os animalzinhos (carneiros sem mancha, pecorinho, cabritinhos, vitelas...) são alimentos preferidos dos deuses nas libações e nos sacrifícios, ademais de serem altamente valorizados pelos homens.

A criação de animais, como a agricultura, é inicialmente uma atividade libidinal e, depois, sagrada. Sem dúvida a dessacralização jamais é total, por um lado entre os criadores, por outro lado entre certas espécies (animais domésticos, mais ou menos fetiches).

Mas aqui a ambigüidade é total, porque a sacralização do animal ou do alimento deveria tornar-lhe o consumo tabu.

O consumo alimentar, como protótipo de atividade econômica, necessita uma tomada de consciência do real que implica, por sua vez, uma deslibidinização do mundo exterior e sua dessacralização.

Paradoxalmente é no histérico que tal exibição do real nos parece mais manifesta quando, diante de um pacote de carne, é tomado por uma reação de nojo, às vezes de vômito; está claro que esse pedaço de carne não é mais um objeto sexual oral e que ele deslizou ao lado do real para não ser senão aquilo que é: carne e sangue...

Mas precisamente carne de boi, é preciso não fazer dengos se considerarmos o preço do quillo! É que para o não-histérico isso ainda constitui um objeto de prazer...

Aproximemos o comportamento do histérico às práticas culturais. Nas sociedades que conhecem tabus alimentares, o indivíduo que consome o alimento tabu conhece a mesma reação: quando descobre que consumiu o alimento-tabu, é tomado por vômitos que podem chegar à morte por tanatomania... mas o nojo pode se transformar em seu contrário quando o interdito é suspenso: a comida totêmica constitui, segundo Freud, um banquete totêmico, a essência da festa. Os interditos alimentares mais sólidos, referindo-se ao que está mais vinculado às funções corporais libidinalizadas (o esperma, o sangue, a urina, o excremento, o feto, o ovo fecundado, a carne humana...) podem se tornar objeto de consumo ritual, porque a transgressão é fonte de valor. Os fiblonitas consumiam o esperma humano em comum e faziam a páscoa com um feto empanado em sal. Os hinduístas regalam-se com uma mistura dos cinco "produtos" da vaca sagrada: o leite, o esterco, a urina, a baba e o suor... O consumo real ou simbólico de excrementos entra nas cerimônias de numerosas culturas, inclusive a nossa (o consumo de bastões de chocolate de natal).

Tanto a excessiva valorização do objeto quanto uma desvalorização total parecem interditar-lhes o uso. O animal tótem, como o animal doméstico, não se prestam ao consumo, salvo numa festa selvagem e sacrílega. A mesma coisa para nossa própria carne. Inversamente os objetos desvalorizados: produtos de desassimilação são-nos proibidos e só são consumidos numa transgressão que traz a marca da perversidade privada ou cultural.

O cru e o sanguinolento estão no limiar; e a arte culinária é um ritual cultural que valoriza objetos fronteiriços ao tabu.

É manifesto que a excessiva valorização e a desvalorização total formam, enfim, uma única categoria, fato que ao habituado à psicanálise não precisa ser demonstrado.

A emergência do consumo "funcional" é o resultado de uma profanação. Não se deve fazer a história da profanação em si mesma: houve interesse em tal ou qual processos de profanação (o que permite passar do sistema totêmico à criação de animais), mas enquanto tal profanação é, pode-se dizer, anterior à sacralização, porque ambas implicam o nascimento do interdito. Quando a criança suga o leite materno, inicialmente é a **satisfação** que ele ingurgita; mas quando toma conhecimento que é prazer que drena com sua boca, vê-se interditado, e com ele a humanidade; felizmente tal sacralização fracassa parcialmente.

Eis porque o real aparece como o fracasso do fantasma (é, aliás, nesse sentido que compreendemos a famosa fórmula de Lacan: "o real é o impossível").

O que acontece com o histérico é que se a carne vermelha não provoca qualquer prazer na boca e aparece como inadequada para significar um objeto de desejo, é porque a boca do histérico é na realidade uma vagina...

A profanação não abole a sacralização, reforça-a, ao contrário. Freud já observava que a passagem do sistema totêmico à criação de animais significava um enfraquecimento do aspecto religioso da vida, mas traduzia uma identificação mais intensa com o tótem que incorporamos e que se torna fonte de alimentação, de vestimenta, etc.

Poder-se-ia emitir a hipótese que a sociedade de consumo realiza uma fase ainda ulterior desse processo, o homem procurando sempre mais negar sua realidade específica identificando-se cada vez mais com suas obras ditas profanas.

VI

O LUGAR DO CORPO ECONÔMICO: A FUNÇÃO IDEOLÓGICA

A economia política aparece, portanto, em profundidade trabalhada pela economia libidinal. É nas deficiências do circuito de energia libidinal que viria se articular o circuito do valor religioso, de início, do valor mercantil, posteriormente. Entretanto a vida econômica e a teoria que por ela responde não estão calcadas sobre a economia libidinal como um efeito de duplicação. Se o econômico é **atravessado** pela libido, é entretanto estruturado pelo **corpo**. Desde que traduz e revela o fracasso da economia libidinal, deve ser uma máscara: apresentar-se como uma **verdadeira** economia libidinal. A realidade só deve poder aí ser vislumbrada como exterioridade. O corpo aparece como intermediário entre a libido e o econômico. Com efeito, o corpo é o lugar do encontro entre a realidade exterior e a realidade da pulsão sendo, ao mesmo tempo, objeto para a pulsão e sujeito para a realidade exterior. É o microcosmos, reflexo especular do macrocosmos, cujas relações vão permitir um acerto de contas com a subversão do desejo, porque ele é o protótipo da organização funcional.

A economia política é, assim, a projeção de um "**corpo produtivo**" cujas pulsões são mascaradas como **funções** (as famosas funções corporais, sobretudo comer e evacuar...).

O corpo é, destarte, ponto de partida, horizonte e álbi da economia política.

Poderemos relacionar, assim a estrutura da economia do corpo, tal como dada mais ou menos como reflexo da economia política, e a estrutura da economia política como reflexo perverso da economia do corpo:

NÍVEIS	ECONOMIA DO CORPO	ECONOMIA POLÍTICA
Força	As necessidades naturais	A procura solvível
Objeto	Os alimentos (leite materno) in-puts	As matérias-primas (primeira) in-puts
Instrumentos	Aparelho estomacal	Instrumentos de produção
Processo	Trabalho de digestão	Trabalho de transformação
Prazo	Acumulação das matérias na bolsa intestinal: retenção	Prazo de produção
Resultado	Evacuação excremencial out-puts (e/ou parto)	Produção de mercadorias out-puts
Circulação	Trocas afetivas (presentes)	Troca social (transformação em valor de troca e em moeda) Stock, acumulação, poupança
Satisfação	Novo consumo incorporação)	Consumo de valores de uso (dis-pêndio: gastos de rendimentos)

Apesar de uma estrutura mais ou menos paralela (o estoque, a acumulação e a poupança são o equivalente da retenção, por exemplo, e assimilam a dificuldade de uma correspondência termo a termo), ambas articulam-se entre si, reciprocamente se orientando, pois os valores de uso consumidos têm sua fonte nas necessidades do corpo e saem do circuito econômico para entrar no circuito do corpo...

O papel ideológico do corpo, da metáfora do corpo, pode ser vislumbrado na análise da história do pensamento econômico em sua quase totalidade.

Entre os fisiocratas o esquema não está ainda estabelecido de modo acabado, por isso o conteúdo reveste grande importância. É um produto natural: o trigo que circula no corpo produtivo garantindo-lhe, assim, a necessária trans-historicidade. Após os clássicos, o conteúdo é evacuado, a forma é corporal e garante a aparente "naturalidade" do econômico.

Eis porque a crítica da economia política deve ser uma crítica da forma "economicidade".

Tal corpo é um corpo perverso. Realmente, o alimento aí é confundido com o excremento. Além do mais, a genitalidade está praticamente ausente, em provelto, evidentemente, da oralidade e da analidade. De modo bastante semelhante ao do histérico, a boca do corpo econômico não vê nada de libidinal na produção, nem tanto porque o produzido seja só "merda", mas sobretudo porque ela, boca, não passa de um ânus. Diferentemente do histérico, o corpo econômico não se desgosta com o fato, exatamente porque achou o que procurava. O corpo que estrutura o econômico é, pois, por ela trabalhado. Deve-se tornar infinito como possibilidade de satisfação para permitir a acumulação sem fim. Donde a necessidade de torná-lo "uma carneira de signos", segundo a expressão de Baudrillard, e de marcá-lo sem termo para brincar com o sentido, decepcionado o ser pelos signos de castração/falzação, que o tornam um discurso. Trata-se de uma cópia inofensiva do interminável e acumulativo cerimonial sado-masoquista descrito por Sade, que é a transposição "in corpore vili" do processo capitalista de manipulação.

VII

METÁFORA E SUBLIMAÇÃO

A imagem que a economia política nos reflete de nossa economia libidinal é a imagem de uma sexualidade perversa, que aparece através de fixações orais e anais, resultado de um investimento libidinal não liquidado. É preciso, agora, fazer uma hipótese menos radical do que a que nos permitiu chegar até aqui. A estase libidinal - em que se viu a origem da energia investida no circuito econômico - explicar-se-ia menos por uma carência ontológica da economia libidinal do que pelo mau funcionamento dela. As fixações perversas são recalçadas ao nível libidinal e reaparecem sob formas sociais transpostas ou reativas. O acesso autêntico ao verdadeiro estágio genital deveria, no esquema freudiano, suprimir a estase ao mesmo tempo em que liberaria parte da energia investida nas pulsões parciais para obras culturais.

Se retomarmos o exemplo do histérico, é a impossibilidade de superar **verdadeiramente** o estágio oral, isto é, de **sublimar** a libido oral que permite gozar os prazeres da boca; em outras palavras, de sacrificar à função dita alimentar sem ficar decepcionado pelos alimentos terrestres. Um pedaço do real abre-se assim ao interesse do homem sem obsessão nem angústia.

O hipotético acesso ao estágio genital verdadeiro libera também parte da energia vinculada às pulsões parciais. O "sen-tido" desse pedaço do real parece ser o "resíduo" desse passado onde a libido estava inteiramente atada ao objeto oral.

A possibilidade de se alimentar supõe, ao mesmo tempo, que o objeto alimentar seja um brinquedo libidinal e que, entretanto, não seja mais o objeto (a). Observemos que, a despeito de qualquer que seja o grau de sublimação, agora parece impossível referir-se à nutrição em termos funcionais.

O econômico, conquanto vivido pela maioria de modo patológico, em diversos graus (a tomada de sentido sendo também tomada de ser), não poderia libertar-se da hipoteca que sobre ele pesa?

Tal reivindicação significa precisamente aceder à verdadeira metáfora: as práticas sociais dos homens seriam estruturadas pelo universo interior ao nível do sentido, sem que algo de real aí esteja implicado (ou não esteja mais implicado). Trata-se aí, sentimo-lo, de um limite em que o aspecto funcional da realidade seria reconciliado com seu aspecto simbólico. Na expectativa, a metáfora econômica se nos afigura como uma relação estruturando não só o sentido de nossa prática econômica, mas implicando que essa, em seu ser, não existe senão através do sentido que a engendra. Nessa perspectiva, a afirmação de Marx (que não há objetividade da economia independente da situação histórica do sujeito como portador de sentido) acha-se reforçada e ampliada, pois a situação histórica do sujeito que dá sentido à história não é somente "de classe".

(Recebido para publicação em junho/89
e liberada em dez. 89).